

SUMÁRIO:

Editorial	
<i>Roberta Holanda Maschietto</i>	1
Teoria da P@X	
Poder e empoderamento em processos de construção de paz <i>Timothy Donais</i>	2-3
Formação da paz e infraestruturas locais da paz <i>Oliver P. Richmond</i>	4-6
Observatório P@x	7-8
Estudos da P@x	
Traduzindo empoderamento <i>Gwyneth Sutherland</i>	9-10
“Daí cara, pára, pensa um pouco”.Mediação comunitária como poder não dominador na periferia urbana – entrevista com um mediador comunitário <i>Jared Ordway</i>	11-12
Promoção do empoderamento e suas limitações, um exemplo de Moçambique <i>Roberta Holanda Maschietto</i>	13-14
No radar	
As duas faces de Hugo Chavez e o legado do Socialismo do Século XXI na América Latina <i>Miguel Barreto Henriques</i>	15
O Império do meio no meio de dois impérios: as reações da China ao terceiro teste nuclear da Coreia do Norte <i>Sara Ferreira Costa</i>	16
Paz como guerra: menos pacificação, mais construção de paz <i>Ramon Blanco</i>	17
A crise espanhola e a radicalização do nacionalismo catalão <i>Filipe Vaconcelos Romão</i>	18-19
Sótão GEP	20-22

P@X
Coordenação da Linha de Estudos para a Paz/CES:
André Barrinha

Número temático organizado por:
Roberta Holanda Maschietto

Coordenação do Boletim Online P@x:
Rita Santos e Sofia José Santos

Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP)
Centro de Estudos Sociais - Colégio S. Jerónimo,
3001-401 Coimbra - Portugal
<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nhumep/pages/pt/apresentacao.php>
paxinfo@ces.uc.pt

O conceito de poder tem sido amplamente utilizado nas Relações Internacionais para explicar o comportamento das nações, em especial o uso da violência a fim de preservar algum equilíbrio de poder internacional. De maneira mais geral, 'poder' tem sido associado ao grau de influência de um ator sobre outro e tem ocupado um lugar central na política internacional. Conforme a visão comumente retratada, as nações buscam poder a fim de preservar sua soberania, e muitas vezes o fazem utilizando meios coercitivos. Considerando suas origens e dimensão normativa, não é de estranhar que em Estudos de Paz a discussão sobre o conceito de poder seja diferente. De fato, e talvez como uma reação à imagem predominante de conflito presente na visão clássica das relações internacionais, o conceito de poder é muitas vezes sub-utilizado como variável explicativa. Além disso, quando discutido, muitas vezes reflete diferentes abordagens sociológicas que reproduzem uma visão mais positiva do conceito – poder como sendo a capacidade que um ator tem que fazer alguma coisa e que não necessariamente se choca com os interesses de outrem. 'Poder' também pode estar relacionado com a capacidade de integração e criação de relacionamentos, o que Kenneth Boulding chama *poder integrativo* (1990: 10) e que está ligado a amor, legitimidade e respeito. A conotação positiva do conceito de poder também se reflete na literatura mais recente sobre empoderamento, um termo cada vez mais utilizado em Estudos de Paz, e particularmente em

voga na literatura sobre desenvolvimento. A ironia em torno deste último conceito é que muitas vezes ele é discutido sem uma clara referência a 'poder', especialmente o papel desempenhado por assimetrias de poder e dominação na ocorrência do empoderamento. Ao mesmo tempo, o termo tornou-se uma normativa política cada vez mais importante, bem como um princípio de legitimação de determinadas ações, o que coloca se a sua própria utilização já não reflecte um determinado tipo de poder estrutural. Independentemente da sua forma e manifestação, 'poder' está na base de toda relação social, em todos os níveis. A principal dificuldade está em capturar a sua essência e forma de operação. Como mencionado por Barnes (1988: ix), "O poder é uma daquelas coisas que, como a gravidade e eletricidade, o que torna sua existência aparente para nós através de seus efeitos, e, portanto, sempre foi muito mais fácil descrever suas conseqüências do que identificar a sua natureza e seu fundamento".¹ Talvez porque em situações de conflito violento esses efeitos sejam tão óbvios, questões de poder são fáceis de se perceber nestes cenários. Por outro lado, em cenários de paz, essas manifestações são mais sutis e, por vezes, exigem um esforço adicional para serem percebidas. Esta edição do P@x é um esforço para discutir algumas dessas manifestações mais sutis de poder. Timothy Donais apresenta o quadro geral do debate sobre o empoderamento e construção da paz, enfatizando como as questões de poder ainda não são

devidamente tratados nesta literatura e os problemas práticos decorrentes desta lacuna. Resgatando a discussão sobre a paz híbrida, Oliver Richmond discute o papel desempenhado pelas infra-estruturas locais de paz, e como suas interações com os agentes externos também revelam disputas de poder durante os processos de formação de paz. Gwyneth Sutherland se concentra em uma dimensão muito sutil e muito pouco explorada de poder, o poder da tradução e controle das narrativas por meio da tecnologia, em particular, em cenários de conflito violento. Em uma entrevista com um mediador da comunidade que trabalha com traficantes de drogas no Brasil, Jared Ordway reflete sobre o papel desempenhado pelo poder não-dominante como uma ferramenta potencial para interromper a violência. Finalmente, usando um exemplo de Moçambique, eu discuto alguns dos problemas com a promoção de políticas de empoderamento que são planejadas com base em princípios que não refletem as

Roberta Holanda Maschietto

r.holandamaschietto@student.bradford.ac.uk

*Investigadora, Estudos para a Paz –
Universidade de Bradford,*

*Marie-Curie Fellow, Centro de
Estudos Sociais, Universidade de
Coimbra*

References

Barnes, Barry (1988). *The Nature of Power*. Cambridge, Oxford: Polity Press, Basil Blackwell.

Boulding, Kenneth E. (1990). *Three faces of power*. Newbury Park, London, New Delhi: SAGE.

Teoria da P@X

PODER E EMPODERAMENTO EM PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA PAZ

Questões de poder permeiam praticamente todos os aspectos da construção da paz contemporânea. Da gestão de lutas de poder entre facções, à restauração do monopólio do Estado sobre o poder coercivo, ao mesmo tempo em que se empodera a sociedade para que mantenha os representantes do Estado responsáveis pelos seus usos - e abusos - de poder, à mediação de tensões entre atores nacionais e internacionais sobre o controlo do processo de paz, as questões de poder residem no coração da problemática da construção da paz contemporânea. Além disso, como Diana Francis observou recentemente (2010: 38), muitas das questões mais debatidas na transformação de conflitos são, na verdade, questões de poder.

É surpreendente como a área da construção da paz ainda tem que confrontar a sério as questões de poder no contexto das transições de guerra para a paz. Embora isso possa ser, em parte, uma consequência lógica da persistente auto-imagem que os construtores da paz têm de si próprios como consertadores úteis - e de uma falta de vontade de abandonar os valores tradicionais de manutenção da paz de neutralidade e imparcialidade - a impossibilidade de se chegar a termos com a realidade da construção da paz como um projeto inerentemente político parece ser o resultado de dilemas fundamentais não resolvidos sobre a própria natureza da construção da paz. Mais precisamente, ainda não está claro, pela perspectiva dos atores externos, quem estamos a tentar empoderar e, já que o poder é um termo relativo, quem é que procuramos enfraquecer (ou pelo menos limitar) neste processo.

Como sugere Paulo Kingston, o projeto mais amplo de construção da paz há muito exhibe impulsos contraditórios em relação às estruturas de poder nacionais de Estados pós-conflito: enquanto as práticas de 'pactos das elites' tende a legitimar, e mesmo consolidar, o poder das elites existentes (cuja participação nos processos de pacificação geralmente depende de tal legitimação, e cujo compromisso com os princípios da democracia liberal pode ser questionável), a centralidade dos direitos humanos, da democracia e do Estado de Direito contemporâneo na construção da paz visa simultaneamente empoderar "os desorganizados, pobres e marginalizados" (2012: 333-34). Por outras palavras, as exigências de se alcançar a paz

negativa através da acomodação das elites sobrepõe-se muitas vezes às exigências da paz positiva, que quase necessariamente requer uma re-ordenação mais fundamental das relações sócio-políticas e um re-arranjo do poder político. Esta tensão entre reforçar e transformar as relações de poder existentes tem levado, não surpreendentemente, tanto a políticas inconsistentes quanto a resultados que ficam aquém do ótimo. Os esforços internacionais para lidar com os 'senhores da guerra' após esta terminar, em contextos tão variados como o Afeganistão e a Serra Leoa, por exemplo, levaram muitas vezes a um resultado que vai de apaziguamento e cooptação até criminalização e marginalização. Os mediadores locais de poder têm-se mostrado dispostos e capazes de explorar esta ambivalência internacional para os seus próprios fins.

Deliberada ou inadvertidamente, dentro de sua própria prática, as formas liberais de construção da paz tendem a desviar-se dessas tensões e contradições. Impulsionada por uma lógica de desenvolvimento institucional e reafirmando um compromisso normativo com direitos humanos, democracia, mercado livre e Estado de direito, a construção da paz liberal fundiu *construção da paz* com *construção do Estado*, na suposição de que o conflito político em ambientes devastados pela guerra pode ser contido, controlado e, finalmente, transcendido por meio da criação e consolidação de instituições formais do Estado. Apesar da aceitação ritual da 'apropriação' local dessas dinâmicas por parte das comunidades locais como um pré-requisito para a construção da paz sustentável, a consolidação da paz liberal definiu a ideia de 'apropriação' mais como responsabilidade e menos como autonomia. O objetivo, como Caroline Hughes e Vanessa Pupavac sugeriram, tem sido estabelecer "uma política disciplinada, regulada pelas normas internacionais" (2005: 883), o que fez surgir uma noção fundamentalmente *desempoderadora* de 'apropriação', uma vez que se espera que as políticas internas adotem e implementem de forma acrítica e ativa modelos externos que assumem como objetivo a transformação de cenários pós-conflito. A Bósnia pós-Dayton oferece um exemplo de advertência em relação

Teoria da P@X

aos limites de um modelo de construção da paz que considera os atores internacionais os sujeitos principais e os atores locais como os objetos da construção da paz: quase uma década após uma construção do Estado internacional intrusiva, em que as elites políticas foram disciplinadas por agentes externos e não pelos seus próprios cidadãos democraticamente empoderados (e que foram em grande parte marginalizados no processo), deixaram indiscutivelmente a Bósnia numa situação não muito mais sustentável do que no período em que a guerra terminou.

À medida em que os inexpressivos retornos dos investimentos na construção da paz na Bósnia, bem como noutros lugares, têm gerado uma crise na construção da paz liberal (Cooper, 2007), esta crise instiga uma reflexão muito necessária sobre os meios e os fins da construção da paz. No entanto, a nova forma de se pensar sobre a construção da paz pode entrar em desacordo com as mudanças emergentes na prática a construção da paz. Por um lado, enquanto a construção da paz liberal se tem preocupado com criação de instituições e com as relações entre as elite no diálogo internacional-local, há um consenso emergente que considera que, tal como o Comité da OCDE de Ajuda ao Desenvolvimento sugeriu, "a evolução da relação entre o Estado e a sociedade é o coração da construção do Estado" (OCDE, 2011: 13). Se o objetivo mais amplo de construção da paz é o estabelecimento de relações que contribuam para o empoderamento mútuo entre Estado e sociedade (Sisk, 2009: 222), encontrar maneiras de fortalecer ambos os lados (Estado e sociedade) - e criar as condições para que cada um evolua como resultado de suas interações com o outro - não é apenas desejável, mas imperativo.

Ao mesmo tempo, os próprios Estados afectados pela guerra começaram a resistir aos pressupostos impostos de fora para dentro na construção da paz liberal. O chamado "New Deal" para o engajamento em Estados frágeis - impulsionado em grande parte pelo recém-formado grupo g7+ de Estados frágeis e afetados por conflitos re-afirma a primazia de tais Estados nos seus próprios processos de construção da paz. Enquanto as manifestações práticas destes desenvolvimentos estão apenas a começar a se desdobrar, há um perigo muito real de que o New Deal de facto reforce um modelo de Estado centralizado da construção da paz, deixando sociedades pós-conflito, uma vez mais, à margem dos esforços de construção da paz carregados em seu nome. Portanto, neste contexto de construção da paz em transição, as questões de poder

e empoderamento são mais relevantes do que nunca. Cada vez mais, os atores internacionais devem começar a relançar o seu compromisso com Estados pós-conflito em termos de promoção e facilitação de contratos sociais renovados entre Estados e sociedades, no centro do qual são fundamentais - e inerentemente conflitantes - questões sobre como o poder é ativado, exercido e controlado. Neste processo, eles também devem aprender a atingir um equilíbrio delicado no sentido de permitir e apoiar os esforços dos atores da sociedade a fim de obrigar os seus próprios líderes e representantes eleitos a serem responsabilizados, sem, ao mesmo tempo, afastar as elites políticas, cuja cooperação e consentimento continua a ser essencial para que a construção da paz tenha sucesso.

Timothy Donais

tdonais@wlu.ca

Professor Associado, Department of Global Studies, Wilfrid Laurier University in Waterloo, Canada.

Referências

- Cooper, Neil (2007) "Review Article: On the Crisis of the Liberal Peace," *Conflict, Security & Development*, 7, 4: 605-616.
- Francis, Diana (2010) *From Pacification to Peacebuilding: A Call to Global Transformation*. London: Pluto Press.
- Hughes, Caroline and Vanessa Pupavac (2005) "Framing Post-Conflict Societies: International Pathologisation of Cambodia and the Post-Yugoslav States," *Third World Quarterly*, 26, 6: 873-889.
- Kingston, Paul (2012) "The Pitfalls of Peacebuilding from Below: Governance Promotion and Local Political Processes in Postconflict Lebanon," *International Journal*, 67, 2: 333-350.
- Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) (2011) *Supporting Statebuilding in Situations of Conflict and Fragility*. Paris: OECD; available online at: <http://browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/free/431031e.pdf>.
- Sisk, Timothy (2009) "Pathways of the Political: Electoral Processes after Civil War," in R. Paris and T. Sisk (eds.), *The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations*, New York/Abingdon: Routledge; 196-223.

Teoria da P@X

FORMAÇÃO DA PAZ E INFRA-ESTRUTURAS LOCAIS PARA A PAZ

A *formação de paz* refere-se a práticas de promoção da paz localizadas decorrentes das esferas social, costumeira, ritualística, religiosa, bem como da histórica, política, economia e sociedade civil. Ela representa relações e processos em rede onde os agentes de paz endógenos ou locais, numa variedade de cenários, encontram formas de estabelecer processos de paz e dinâmicas sustentáveis de paz. Em muitos casos, as mulheres podem estar à frente destes processos, como no Burundi, na Somália e na Libéria, entre outros.¹ Muitas vezes, o objetivo é oferecer o que geralmente são serviços públicos, como saúde e educação, no ambiente cotidiano. A paz é feita localmente, neste quadro, talvez individualmente em espaços escondidos e públicos, através de uma ampla gama de atividades da vida quotidiana, mas pode ser apoiada internacionalmente. Pode-se dizer que coloca-se a sociedade, a vila, a comunidade e a cidade, no centro de paz, em vez do Estado, a segurança, e os mercados.

Abordagens de formação de paz interagem com abordagens contemporâneas internacionais para a construção da paz e construção do Estado. Elas podem ocorrer na família, na comunidade, na vila, na cidade, ou no interior do Estado. Elas podem ser formais ou informais, visando moldar o Estado ou meramente a mitigação e melhoria da vida quotidiana. Processos de formação de paz podem estar escondidos para escapar às sanções do poder. Uma vez que eles são resistentes, podem-se envolver com questões quotidianas banais, podem oferecer abordagens ritualísticas e históricas para o conflito, podem moldar o Estado, bem como as práticas de *peacebuilding* internacionais - direta ou indiretamente. Práticas localizadas de formação de paz são complexas, mas constituem expressões cada vez mais visíveis de atuação crítica a vários níveis que assume como objetivo acabar com os ciclos de violência da formação do Estado e as desigualdades de poder relacionadas, estas muitas vezes consolidadas pelos processos de paz mais formais.

Ao se concentrar em formas híbridas de paz, e como elas são influenciados por padrões locais de política, a *formação de paz* pode apresentar uma visão mais apurada dos resultados dos processos de paz em todo o mundo (Mac Ginty, 2008; Richmond, 2011).). De forma mais geral, ela representa a síntese das abordagens de gestão, resolução, transformação de conflitos e construção da paz, mas também transcende

estas tipologias marcadamente ocidentais/do norte. Ela destaca o domínio do poder e a sua distribuição dentro das sociedades que buscam a paz de forma autónoma, ou com o apoio internacional. Com relação a isto, a identificação de formas híbridas de paz implica que uma forma emancipatória pode emergir, refletindo os interesses, identidades e necessidades de todos os atores, tanto estatais quanto não-estatais, mas, mais importante, apoiando-se na legitimidade local, que, por sua vez, influencia as normas internacionais (e não vice-versa). Ao mesmo tempo em que reconhecem as desigualdades de poder entre os internacionais, as elites estatais e os formadores de paz locais, formas híbridas de paz representam uma mistura de agência e legitimidade local e internacional. As dinâmicas de *formação de paz* são essenciais para a necessária acomodação mútua e justiça social.

Muito se sabe sobre o funcionamento dos processos de paz no nível do Estado, bem como a arquitetura da construção da paz liberal que se tem desenvolvido ao nível internacional. Mas sabe-se muito menos sobre as dinâmicas locais, instituições, processos e entidades envolvidas na formação de paz e do Estado localmente. Van Tongeren argumenta que há pelo menos 12 países pós-conflito, incluindo o Afeganistão, a Colômbia, o Gana, o Quênia, o Nepal e a Serra Leoa, onde comités locais de paz informais e formais, bem como outros quadros institucionais se desenvolveram autonomamente (como na Serra Leoa), ou foram assistidos por agentes externos (como na Colômbia ou no Nepal), operados informalmente (como na Colômbia, Serra Leoa e muitos outros), ou foram gradualmente atraídos para o Estado formal (como em Gana, Timor-Leste, e as Ilhas Salomão).¹ Muitos outros exemplos são mencionados direta ou indiretamente na literatura e na documentação política. Isso tem ocorrido muitas vezes com o apoio internacional, talvez sob a forma de um ministério paz oficial ou instituição relacionada, assim moldando, através de processos de paz, a paz emergente e o Estado. O fenómeno das infra-estruturas locais para a paz emergentes é derivado das dinâmicas de formação de paz, e prescreve que a essência do Estado é fazer e apoiar a paz.

Teoria da P@x

As formas híbridas de paz têm surgido em lugares inesperados, como na Somália¹, no Camboja¹ e na Bósnia-Herzegovina. Esses casos podem representar um movimento lento e muitas vezes árduo para além da paz liberal, para o que poderia ser chamado de uma paz pós-liberal,¹ onde as normas internacionais e instituições interagem com diferentes sistemas políticos, contextuais, e localizados. Eles também colocam uma questão importante, que é saber se as formas locais de legitimidade e as normas da paz se podem igualar ou se relacionar com as formas internacionais, inclusive quando as práticas locais (religiosas ou costumeiras) parecem colidir com os padrões internacionais de direitos humanos. Esse processo expõe as relações de poder local-internacional e deixa claro que a paz também exige a sua retificação

Em resumo, o que está surgindo é nem estritamente uma forma liberal de paz, nem local, mas um ajuntamento complexo - de associações, atores e redes relacionados, mas também separados, - formado por meio de uma contestação política que envolve uma série de atores locais e internacionais (Latour, 2007 : 5, 121). Isto desafia as noções tradicionais sobre o poder das elites, dos internacionais, do Estado, ou atores sociais, bem como os quadros normativos que a paz requer. Também desafia a sabedoria convencional sobre a necessidade de mobilização em massa do público nos espaços instituições, ou configurações formais. Se um processo de paz deve ser completo, então ele precisa ir além de tais limitações.

Compreender essas dinâmicas, como Chambers (1983: 84) argumenta noutro contexto, envolve "colocar o último primeiro", uma inversão parcial e, certamente, um refinamento do conhecimento ocidental sobre a paz. Em muitos casos, a agência na formação da paz foi eventualmente integrada no Estado e o Estado deve, conseqüentemente, tornar-se mais plenamente representativo de todos os grupos e identidade locais na sociedade. Esta mistura dos aspectos formal e informal da paz e da governação é agora vista como essencial para uma forma sustentável de paz.

Dada a natureza generalizada destes fenômenos de formação de paz em muitos ambientes pós-conflito em todo o mundo, e o interesse dos gover-

nos e da sociedade civil para transformar comitês de paz locais informais em instituições do Estado, como pode ser visto em lugares como Quênia, Gana, Nepal e Timor Leste, pode ser que isto represente um fenômeno de convergência entre o ocidente, o estado racional-legal, e os processos históricos e sociais de formação de paz mais locais.

Essa dinâmica endossam o objetivo comum do Estado e da sociedade civil, qual a criação de um sistema para garantir a paz como a *raison d'être* do Estado e do processo político. Por um lado, representa a tradução das aspirações locais por paz, desenvolvimento, segurança e identidade no Estado, enquanto que, por outro lado, representa a tradução do Estado num sistema de governo mais localizado, menos formal, menos racional-legal, e mais contextual. Estes recentes fenômenos podem indicar o surgimento de uma paz pós-liberal, que depende de formas locais de prática de paz, bem como capacidade e anuência internacional. O surgimento de uma forma híbrida de paz como esta é uma parte difícil, mas necessária de qualquer nova agenda para a paz. É claro que há muito mais perguntas a serem feitas e respondidas sobre esses processos, inclusive como eles podem ser ligadas e operacionalizadas, sem serem instrumentalizados. A recente viragem para uma compreensão mais reflexiva da relação entre a intervenção internacional e local, a abertura da atuação crítica e do reconhecimento do hibridismo de qualquer Estado ou da paz, ofereceu um avanço significativo em relação às velhas e monolíticas narrativas sobre paz, segurança e Estado.

Oliver P. Richmond

oliver.richmond@manchester.ac.uk

Professor investigador, Humanitarian and Conflict Research Institute, Universidade de Manchester

Referências

Mac Ginty, Roger, "Indigenous Peace-Making Versus the Liberal Peace", *Cooperation and Conflict*, Vol. 43, No.2, 2008, pp.139-163: Oliver P Richmond, *A Post-Liberal Peace*, London: Palgrave, 2011.

Teoria da P@x

Bruno Latour, *Reassembling the Social*, Oxford University Press, 2007, p.5. p.121.

Robert Chambers, *Rural Development: Putting the last first*, London: Longman, 1983, p.84.

Notas:

[1] UNESCO, Women and Peace in Africa, UNESCO, 2003.

[2] Para uma análise e lista destes e de outros exemplos, ver Paul Van Tongeren, "Overview on Infrastructures for Peace", 2011, www.parliamentariansforconflictprevention.net.
Numa entrevista pessoal, ele mencionou pelo menos 30 casos. *Personal Interview*, June, 2012.

[3] P Johnson, "Local vs. National Peacebuilding: The Richness of Somali Peacemaking", www.prio.no/peaceethics/PeacE-Discussions, 2010.

[4] SIDA, "Civil Society and Democracy in Cambodia. Changing roles and trends", *The Fifth Report of the Sida Advisory Team on Democratic Governance*, www.pnyx.se/docs/Cambodial.pdf, 2003.

[5] Para uma discussão detalhada deste conceito, ver Oliver P Richmond, "Eirenism and a Post-Liberal Peace", *Review of International Studies*, Vol.35, No 3, 2009. Oliver P Richmond, *A Post-Liberal Peace*, Routledge 2011.

Observatório P@x

Recursos sobre Paz, Poder e Empoderamento

- Alsop, Ruth (ed.) (2004). *Power, Rights, and Poverty: Concepts and Connections. A Working Meeting Sponsored by DFID and the World Bank*. DFID, The World Bank.
- Boulding, Kenneth E. (1990). *Three faces of power*. Newbury Park, London, New Delhi: SAGE.
- Cooke, Bill & Kothari, Uma (ed.) (2001). *Participation. The new tyranny?* London: Zed Books.
- Donais, Timothy (2009). Empowerment or imposition? Dilemmas of local ownership in post-conflict peacebuilding processes. *Peace and Change*, Vol. 34, No. 1, January.
- Francis, Diana (2010). *From Pacification to Peacebuilding: A Call to Global Transformation*. London: Pluto Press.
- Holloway, John (2010). *Change the world without taking power. The meaning of revolution today*. London, Ann Arbor: Pluto Press.
- Krause, Keith; Jütersonke, Oliver (2005). Peace, security and development in post-conflict environments. *Security Dialogue*, Vol. 36, No. 4, pp. 447-462.
- Ramsbotham, Oliver; Woodhouse, Tom; Miall, Hugh (2007). *Contemporary Conflict Resolution*. 2nd Ed. Cambridge, Malde: Polity, 215-230.
- Richmond, Oliver (2011). *A post-liberal peace*. Routledge Studies in Peace and Conflict Resolution. Routledge.
- World Bank (2002). *Empowerment and Poverty Reduction. A Sourcebook*. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/ The World Bank.

Construtores da Paz

Poverty Net: Empowerment

<http://go.worldbank.org/S9B3DNEZ00>

Trata-se de um site do Banco Mundial relacionado com o tema do empoderamento. Faz parte da Poverty Net e oferece acesso aos principais recursos e publicações sobre o tema pelo Banco Mundial. Também oferece acesso a projetos ligados à promoção de empoderamento conduzidos pela instituição.

United Nations Social Development Network: Empowerment

<http://unsdn.org/?cat=96>

Este site oferece uma série de entradas ligadas a projectos e histórias relacionadas à promoção de empoderamento. Faz parte do portal web da Rede de Desenvolvimento Social das Nações Unidas, que fornece uma "plataforma global de partilha de conhecimentos, experiências e melhores práticas no desenvolvimento social de todo o mundo", seguindo os objectivos da Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social e da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação.

The g7+

<http://www.g7plus.org/>

O g7+ é uma resposta aos modelos de resolução de conflitos dirigidos por atores externos. Eles propõem um mecanismo que visa supervisionar, relatar e chamar a atenção para os problemas enfrentados pelos Estados frágeis através de uma perspectiva endógena, mas com trabalho em parceria com agentes externos. O site apresenta vários documentos e relatórios relacionados com o grupo e com os seus países membros.

Peace Earth

<http://www.peaceearth.org/>

Peace Earth é uma ONG fundada pelo ator Forest Whitaker e "é dedicada à construção da paz e ao empoderamento da comunidade nas áreas de conflito em todo o lugar." O site oferece vários recursos de mídia, discutindo temas tão amplos quanto a seca no Corno de África, até a guerra cibernética. Também oferece algumas ferramentas educacionais e de conversas com ativistas e intelectuais da paz.

Pathways of women's empowerment

<http://www.pathwaysofempowerment.org/index.html>

Programa de comunicação internacional e que tem conteúdo tanto acadêmico quanto de cunho pragmático. O site oferece várias publicações sobre o tema, bem como recursos de natureza distinta, como notícias, filmes e eventos. Pathways of women's empowerment foi financiado pelo UKaid do Departamento para o Desenvolvimento Internacional 2006-2011 e agora tem o apoio da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI).

TRADUZINDO EMPODERAMENTO

A tradução pode influenciar o poder de várias formas subtis,¹ algumas bastante óbvias, outras menos aparentes. Nos seguintes exemplos, retirados de contextos de conflito violento, eu descrevo como a tecnologia de tradução, que reivindica facilitar a comunicação, acaba por sustentar um desequilíbrio de poder. O desempoderamento resultante da hierarquia inerente ao meio tecnológico trilha um familiar caminho neo-colonial. Como parte da pesquisa em paz e conflito, este artigo tem como objectivo olhar para quem está a controlar a narrativa.

Em dezembro de 2011, a Al Jazeera Inglês lançou uma iniciativa de votação SMS com Ushahidi, uma plataforma de *Crowdsourcing*, projetada para dar voz ao povo da Somália e compartilhar imagens sobre como a violência atual está a ter impacto na vida quotidiana (Al Jazeera English, 2011). Uma chamada para tradutores em diáspora, em particular para grupos de estudantes da Somália, foi emitido *on-line* e telefones foram distribuídos no terreno em toda a Somália para que vários usuários pudessem participar. Estes voluntários traduziram os SMSs e categorizaram o conteúdo como sendo político, social ou económico. Os resultados foram codificados por cores e agregados num mapa. O objetivo declarado do projeto foi o de dar voz ao povo da Somália, mas os somalis que participaram não tiveram voz na forma como as suas vozes foram classificadas ou descritas no mapa.

A pesquisa SMS apresentou uma pergunta aberta: "Como é que o conflito na Somália afetou a sua vida?" (Al Jazeera English, 2012).

Apesar do objectivo ser capturar as vozes dos somalis, era a escolha dos tradutores e o formato da ferramenta de visualização de comunicação que estávamos a ver nas respostas. Num exemplo de resposta: "O incêndio no Mercado Bosaso afetou-me. Aconteceu no sábado" (Anonymous, 2011), a resposta foi categorizada como 'social'. Por que o fato da violência ter acontecido num mercado, um centro económico, não denota a categorização 'económico'? Não houve orientação para manter a consistência entre os tradutores, nem qualquer indicação sobre como as informações seriam utilizadas mais tarde. Foram essas categorias escolhidas pelos tradutores, representadas por círculos coloridos brilhantes no mapa que estavam a falar com o mundo, não com os somalis. Suas vozes foram perdidas através de uma aplicação de outra

Crowdsourcing, que foi concebida com uma barreira de linguagem. Eles não podiam sugerir barreira de linguagem. Eles não podiam sugerir outra categoria que respondesse de forma mais adequada às intenções de suas respostas. O perigo é que estas categorias se transformem no quadro para doações de ajuda e esforços políticos, que os aplicativos moldem a discussão, ao invés das palavras do somalis. As categorias simplistas tornaram-se o ponto de partida para as agências de ajuda e os decisores políticos para compreender e se envolver com material traduzido.

Um comentário de 8 de dezembro de 2011 no blog Ushahidi descreveu de forma convincente como a linguagem e o controle sobre o fluxo de informações afetam o equilíbrio de poder durante um conflito:

"A ----, meu amigo recebeu a sua mensagem em seu telefone. A questão diz "diga-nos como o conflito afeta a sua vida" e "inclua o seu nome e localização". Você não disse a ele que seu nome será dito ao mundo. Pessoas na Somália entendem que sms é entre apenas duas pessoas. Muitas pessoas não entendem a internet. Os senhores da guerra têm dinheiro e muitos contatos. Eles entendem a internet. Eles vão olhar para isso e vão olhar para ver quem está reclamando. Você pode protegê-los? Eu acho que esse projeto não é para o povo da Somália. É para os meios de comunicação como a Al Jazeera e Ushahidi. Você não é daqui. Você não está ajudando. É melhor você ficar de fora" (Meier, 2011)

Patrick Meier, director da Ushahidi, respondeu ao comentário:

*"Caro A ----, compartilho plenamente a sua preocupação e já mencionei este exato problema à Al Jazeera há algumas horas. Tenho certeza de que irão resolver o problema assim que chegar a minha mensagem. Note-se que a questão que foi enviado *não* solicita às pessoas que compartilhem seus nomes, apenas o nome de sua localização geral. A Al Jazeera tem o cuidado de mapear a localização geral e *não* a localização exata. Finalmente, a Al Jazeera tem o controle editorial total sobre este projeto, não a Ushahidi" (Ibidem).*

Em 14 de janeiro de 2012, ainda havia nomes de destaque no site da Al Jazeera Inglês.

Outro exemplo é o novo projeto Fala Mali, que está em andamento e pergunta: "Você acha que a França deveria ter intervindo no norte do Mali? E por quê? Obrigado por responder com sua cidade e nome." (Al Jazeera English, s/d).

Estudos da
P@X

O site da Al Jazeera reporta que as respostas, traduzidas em Inglês e agrupadas em cinco categorias pró-intervenção baseadas em tom, são esmagadoramente favoráveis (96%) à intervenção militar francesa. As categorias são: estabilidade, segurança, necessidade, gratidão e anti-terrorismo. Apenas 4% das respostas foram anti-intervenção (*Ibidem*).

A categoria gratidão é particularmente complicada. Será que os tradutores estão levando em consideração notas de gratidão no fórum, a Al Jazeera, a possibilidade de uma audiência ocidental, ou algo genuinamente relacionado com a situação? Na minha experiência como tradutora, os entrevistados são educados e positivos em países com pouca liberdade de expressão. As respostas devem ser medidos de acordo com o contexto. Projetos anteriores da Al Jazeera, semelhantes a este, tiveram problemas ligados ao fato dos entrevistados estarem preocupados com retaliações ligadas a seus comentários, por isso talvez a resposta altamente positiva esteja relacionada com as relações de poder percebidas no terreno.

Aqui estão dois exemplos extraídos do site que ilustram a natureza enganosa da visualização e método problemático de tradução/categorização.

"Evidentemente a França teve que intervir no norte do Mali uma vez que os islamitas estavam progredindo tão rapidamente e os nossos soldados não tinham os meios e muitas vezes a motivação - enquanto que o inimigo é sustentado por mãos invisíveis" (Ibidem).

Este foi classificado como "anti-terrorismo" assumindo uma equivalência (in)consciente entre islâmicos e terroristas.

"O Exército do Mali não tem força suficiente para enfrentar os grupos aqui" (Ibidem).

Classificado como um problema de segurança, esta declaração é substancialmente semelhante à primeira, com exceção da menção a islamitas. Terá sido a evidência das duas exagerada ou distorcida?

Enquanto organização de notícias, a Al Jazeera desempenha um papel importante na informação de eleitorados que podem colocar pressão nos governos políticos envolvidos no conflito, como a França e os EUA. Além disso, este mesmo tipo de tecnologia está sendo utilizada no terreno a fim de coletar informações em situações de crise nos níveis governamentais e das Nações Unidas. [6] Decisões e políticas desenvolvidas a partir das

nos níveis governamentais e das Nações Unidas (The Standby Task Force Admin, 2011). Decisões e políticas desenvolvidas a partir das informações traduzidas são menos ligadas a "vozes reais" do que os tomadores de decisão no final da cadeia de informação acredita. Negociar a dinâmica linguagem/poder para que os malianos estejam direcionando o fluxo de informações sobre o futuro de seu país deveria ser o objectivo, ao invés da perpétua simplificação 'cliente/vítima que está esperando para ser ouvida' (Mavhunga, 2012).

Gwyneth Sutherland

gbsutherland@gmail.com

Doctoral candidate in Conflict Resolution at the University of Bradford.

Referências

Al Jazeera English (2011) Somalia Speaks, <http://www.aljazeera.com/indepth/spotlight/somaliac onflict/somaliaspeaks.html> (Accessed January 2012).

Al Jazeera English (2012) Somalia Speaks: screenshot 14 January 2012, <http://www.aljazeera.com/indepth/spotlight/somaliac onflict/somaliaspeaks.html> (Accessed January 2012).

Anonymous (2011) Reports: 26721350 December 6, 2011, <http://www.aljazeera.com/indepth/spotlight/so maliac onflict/somaliaspeaks.html> (Accessed January 2012).

Meier P. (2011) Amplifying Somali Voices Using SMS and a Live Map: #SomaliaSpeaks – The Ushahidi Blog. <http://blog.ushahidi.com/index.php/2011/12/08/soma lia-speaks/> (Accessed January 2012).

Al Jazeera English (2013) Mali Speaks (Accessed 24 January 2013). <http://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2013/0 1/201312113451635182.html>

The Standby Task Force Admin (2011) Libya Crisis Map Deployment 2011 Report: 1 September 2011. <http://blog.standbytaskforce.com/libya-crisis-map-report/> (Accessed October 2011).

Mavhunga, C. (2012) Article on likely intervention in Mali, 18 December 2012.

**Estudos da
P@X**

“DAÍ CARA, PÁRA, PENSA UM POUCO”: MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA COMO PODER NÃO-DOMINADOR NA PERIFERIA URBANA – ENTREVISTA COM UM MEDIADOR COMUNITÁRIO

Poder não fica longe de qualquer conversa entre mediadores comunitários orgânicos, cujas intervenções têm como objetivo prevenir a violência e gerar experiências transformadoras para a juventude. Eu perguntei à Luisa, ¹uma *mediadora comunitária* do sul do Brasil, como ela entende o papel do ‘*poder*’ no seu trabalho, nas aproximações com traficantes que muitas vezes cometem atos violentos. A Luisa intervém em espaços geográficos e sociais em que a maioria das organizações e profissionais externos às comunidades de periferia não podem ou não querem ir, e seus esforços de intervenção na violência mostram-se contra-intuitivos com relação à lógica dominante nas estratégias de supressão (Soares, et. Al., 2005, Alves & Evanson, 2011). Uma reflexão no nível mais micro revela a mecânica da *capacidade mediadora*¹ da Luisa (Lederach, 2002), a qual, eu argumento, alinha-se no nível individual com o que Pearce (2007) chama de *poder não-dominante*, exercido por grupos da sociedade civil para interromper múltiplas manifestações de violência.

J: Quería falar sobre as suas intervenções e a violência que vocês vivenciam na comunidade...

L: *Diferentes momentos sim, de briga, de cobrança, porque o modo deles, dos jovens do Brasil entre eles é cobrança... cobrava porque fulano dizia uma coisa e vai cobrar e se auto-afirmar.*

J: Qual e o papel do mediador orgânico em casos de violência?

L: *Eu entrei nessa porque eu queria tirar eles de tráfico de droga, queria tirar da violência e do tráfico. Vi muitos adolescentes morrerem por nada. Aí aquilo que me foi incomodando, saber que eles não têm uma saída e a única saída deles seria morrer, era isso que estava acontecendo. Aí eu comecei a conversar com eles... Fui criando laço de confiança com eles... Eles têm um código entre eles que é o código de confiança... Então se eles te dão a palavra, a palavra deles vai valer e a tua palavra tem que valer para eles, e foi dessa maneira.*

J: Se você ouvir que alguma cobrança vai acontecer, você interfere?

L: O que a gente tem que fazer muito é ir no traficante maior, né, e entrar num acordo com eles, né... [...] e aí tem que mostrar outra visão e outra conversa com ele para poder interferir nessa cobrança deles... porque... é um laço de confiança... Eles sabem que eu [...] vou impedir o máximo que eu posso que eles sofram consequências dos atos deles.¹

[...] A gente tenta mostrar para eles que são cidadãos... a gente mostra para eles que eles têm direitos, que têm direitos da vida, de transitar... desde que [eles tenham] o desejo [...]de continuar com a gente¹... Hoje em dia a comunidade trabalha mais com eles, porque na verdade houve numa época em que os traficantes [eram isolados]... e hoje não... hoje a gente consegue trazer eles para nós...

J: Falar do tráfico é falar de poder. Qual é a diferença entre as formas de intervenção e o poder que vocês exercem e o da Polícia?

L: *A diferença é que a gente quer resolver o problema deles da melhor forma. E a polícia tem um alto poder, poder de chegar, bater, prender e vi muitos policiais que são corruptos. E o nosso papel é o seguinte: a gente não usa dinheiro de tráfico para nada. A polícia usa. Queremos mostrar para eles que aqui fora há gente que ganha dinheiro, sem ser dinheiro ilícito, pode ser pouco, mas ele vai conseguir viver bem [...]. E [...] tem policiais muito honestos, mas tem aqueles corruptos né? [...] Batem neles, tiram droga deles, tiram dinheiros deles, né? E vai ali prender eles para usufruir do dinheiro deles. Eles [os traficantes] vêem que a gente não precisa do dinheiro, que a gente está ajudando eles não por interesses materiais [...].*

J: Quando você fala com os traficantes, o que se fala?

L: A gente tenta desviar um pouco da conversa deles. A gente tenta mostrar para eles que não é aquilo ali. Porque mesmo com o preso – está preso. Qual é a conversa que ele sempre tem na cadeia? Eles ficam rezando para que as

**Estudos da
P@X**

as pessoas de fora vão para conversar com eles para dar notícias do mundo de fora. É o mesmo para quem vive no tráfico de droga – mexem em arma, em droga, etc. Na verdade tu tens que mostrar que aqui fora existe outro tipo de [vida que] compensa, que existe outra vida para eles. Eu já me sentei no lado deles no tráfico de drogas quando eles vendem. Mas a conversa com eles é completamente diferente. Eles vêm falar de erros que eles não têm coragem de falar com os amigos deles...

J: Você acha que nessas conversas consegue mudar a participação, e até comportamentos violentos?

L: *Muuuuda! Muuuuda, Deus... sentar... e vários deles vem confessar várias coisas comigo... Tu achas que vale a pena tu deixar a mãe dele la chorando? O cara é novinho ainda tem muito o que aprender... Dá um cascudo, um tapa mas não mata... Pára, pensa um pouco...não deixa tão grave.*

[...] É, dai pára e pensa, dá outra chance... Se tu quiser eu posso ir lá conversa com eles, que ele está pisando, que ele está errado... pensa um pouco mais se vale a pena matar ele e eles iam e não mataram.

J: Mas, qual poder e mais poderoso, Luisa?

L: É, porque é diferente do lado deles... Aí o cara vai matar mesmo... os amigos vão dizer *Se tu não matar, tu é um otário!* Que de outra pessoa dizer – olha, cara não se vai valer nada, pára e pensa, se tu pega mais uma condenação para ti, pensa se vale à pena, a mãe não vai chorar, essa mãe, não vai sofrer...

Acho que o da conversa... para mudar o pensamento... e mudar o ar, né? Esse poder, o cara manda em ti... Ah, vou lá, vou matar, se fosse eu, matava [...] daí tu começa reverter a história com eles, entende, e daí isso dá resultado... Evita vários conflitos entre eles... Às vezes eles estão confusos, se ele quer fazer aquilo ali, estão indecisos... [...]

Eles vem perto de mim – *‘olha Luisa, não será que não consigo um emprego para eu sair do trafico?* Eles confiam em mim. A gente já tirou três. Hoje o traficante maior fez vestibular [em Dezembro 2012] vai fazer universidade de

assistente social...

Ao usar o capital conectivo, Luisa promove o diálogo com um resultado potencialmente transformador, que desafia a própria reprodução normativa de ações violentas. Ao mesmo tempo em que é importante evitar a rotulação ingênua deste tipo de intervenção como parte integrante do projeto de pacificação (ver Cardoso & Roque, 2010 e Francis, 2010), também faz-se necessário pesquisas adicionais sobre estas micro-intervenções no contexto das chamadas “novíssimas guerras” no Brasil (Moura, 2010). Isto é necessário a fim de se esclarecer a relação entre as formas de poder não-dominantes e a desconstrução da violência *sócio-estrutural* na periferia urbana.

Jared Ordway

jaredordway@gmail.com

Doutorando, Estudos para a Paz, Universidade de Bradford

Marie Curie Fellow, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Referências

Alves, M. H. M., & Evanson, P. (2011). *Living in the crossfire: Favela residents, drug dealers, and police violence in Rio de Janeiro*. Philadelphia, Pa: Temple University Press.

Cardoso, K. & Roque, S. (2010). “Entre a marginalização e a securitização: Jovens e violências em Cabo Verde e na Guine Bissau. Paper presented at the Seventh Congress of African Studies, Lisbon, Portugal.

Francis, D. (2010). *From pacification to peacebuilding*. London: Pluto Press.

Lederach, J. P. (2002). “Building Mediative Capacity in Deep-Rooted Conflict” *Fletcher Forum of World Affairs*: Vol. 26: 1 Winter/Spring.

Moura, T. (2010) *Novíssimas guerras: Espaços, identidades, e espirais da violência armada*. Coimbra, Portugal, Almedina/CES.

Pearce, J. (2007) “Violence, Power and Participation: Building Citizenship in Contexts of Chronic Violence”, *IDS Working Paper 274*, Institute of Development Studies, March.

Soares, L. E., MV, B., & Athayde, C. (2005). *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva.

**Estudos da
P@X**

A PROMOÇÃO DO EMPODERAMENTO E SUAS LIMITAÇÕES, UM EXEMPLO DE MOÇAMBIQUE

Um dos principais desafios na consolidação da paz e na promoção de desenvolvimento é garantir que as políticas implementadas sejam sustentáveis ao longo do tempo e vistas como legítimas aos olhos dos parceiros locais e internacionais. O termo *empoderamento* capta exatamente essas preocupações, que são refletidas no crescente uso do termo por praticantes na área da paz e desenvolvimento (Moore, 2001; Cornwall e Brock, 2005; Ramsbotham et al, 2007;. Donais, 2009).

Apesar de estar em voga, a noção de empoderamento é muitas vezes contraditória, uma vez que é baseada na idéia do "local" possuir e abraçar uma determinada política que muitas vezes é desenhada em outro cenário e/ou com base em premissas que são emprestados de outros contextos sociais. Ao mesmo tempo, estes pressupostos são tão globalmente aceitos que, mesmo quando os programas são concebidos em nível nacional ou local, podem cair na mesma armadilha de reproduzir modelos exógenos que são dificilmente adaptáveis localmente (Clever, 2001).

Um exemplo onde isto é visível é o caso de um sistema de crédito implementado em Moçambique. Desde 2007, o governo decidiu apresentar um orçamento anual para cada um dos 128 distritos rurais do país para ser usado como concessão de crédito a pequenos empresários locais. O efeito de empoderamento do esquema, popularmente conhecido como os '7 milhões', seria resultado não apenas do efeito direto do crédito (aumento da produção de alimentos e geração de emprego), mas também da *forma* como o crédito é alocado. Conforme o esquema, a decisão de quem deve receber o crédito está nas mãos dos chamados conselhos consultivos locais, um corpo formado por pessoas influentes das comunidades que melhor representam o interesse local. Esses conselhos têm reuniões regulares para discutir o desenvolvimento local e agem como conectores entre as comunidades e as autoridades do distrito.

Se olharmos para a lógica de empoderamento que reside sob o '7 milhões', observamos que ela se baseia em uma série de pressupostos que são atrelados ao modelo de Estado democrático-liberal, tais como a existência de liberdade de

expressão, uma sociedade civil ativa, que se envolve em práticas participativas, a legitimidade do processo representativo e um grau razoável de distribuição do poder político nas diferentes camadas da sociedade. Isto é afinal o que justifica a ênfase *participativa* da maioria das políticas de capacitação, e que reforçam o aspecto *processual* do empoderamento - assumindo que certas formas específicas de funcionamento vão levar a um tipo específico de resultado.



Focus group com a comunidade, distrito de Angoche, Junho 2013

Em uma visita de dois meses no distrito de Angoche, norte de Moçambique,¹ eu tive a oportunidade de conversar com as pessoas em várias comunidades e seus testemunhos apresentam um quadro muito mais complexo e desconectado do raciocínio acima. Primeiro, a forma como os conselhos foram constituídos (primeiro em 2006 e depois em 2011) lança várias dúvidas sobre sua real representatividade. Apesar dos esforços para tornar o processo mais transparente e participativo em 2011, há fortes indícios de que muitos dos candidatos para o conselho, na verdade, foram pré-escolhidos por líderes locais, de modo que as pessoas tiveram a oportunidade de escolher os seus representantes apenas dentro de um grupo de pré-selecionado de indivíduos. Se isso por si só não é um problema (se o líder local é de confiança da comunidade e representa legitimamente os seus interesses), o que é mais impressionante é que muitas pessoas nas comunidades relataram não estar cientes ou não ter participado do processo de seleção desses membros. Desta forma, ao mesmo tempo em que é possível dizer que de fato, 30%

Estudos da
P@X

dos membros têm de ser mulheres, no entanto por razões culturais estas tendem a falar menos quando num grupo de homens), bem como a posição fixa no interior do conselho (por exemplo, os dois membros que se sentam ao lado do presidente são vistos como sendo mais importantes que o resto do grupo e seus pontos de vista parecem ser menos contestado do que os dos outros membros).

Um outro aspecto processual refere-se ao papel dos conselhos na ligação da comunidade com o governo distrital. No geral, foi muito significativa a quantidade de pessoas nas aldeias que não mostraram conhecimento adequado dos conselhos (nem seus membros, nem suas funções reais). Além disso, muitas vezes os conselhos foram primordialmente ligados ao papel de exortar os beneficiários a devolver o dinheiro emprestado. Neste sentido, os conselhos são ligados a actividades mais 'governamentais' do que a 'sociedade civil'.

Por fim, permeando tudo isso há o problemas da corrupção. A maioria dos beneficiários entrevistados, e muitos que solicitaram o empréstimo, mas não o obtiveram, relataram ter de pagar algum tipo de suborno, quer para os conselhos, ou (e muitas vezes *também*) para os escalões mais baixos da administração local. Isso reflete uma dinâmica de poder que permeia o estado de maneira mais geral e que é reproduzido localmente, na medida em que a corrupção é um fato presumidamente 'natural' quando as pessoas comuns falam sobre o '7 milhões'.

Os problemas acima acabam por afectar a eficácia do '7 milhões'. Do ponto de vista das comunidades, a questão principal é quem está a ser empoderado, e se este empoderamento tem um benefício colectivo ao final. Do ponto de vista individual dos beneficiários, há que se avaliar melhor em que medida a corrupção afeta a escolha de quem irá obter o empréstimo e a capacidade do beneficiário de investir o fundo plenamente em seu negócio, a fim de gerar o necessário para pagar o empréstimo.

Quando se trata de empoderamento, fica a pergunta: será possível adaptar de forma eficiente modelos genéricos de promoção de empoderamento localmente? Opiniões radicais argumentam que, talvez, o problema seja o próprio uso do termo 'empoderamento' e suas

promessas ambiciosas que nos desviam do quadro maior, onde as dinâmicas de poder principais operam. Mas uma outra forma de se ver a análise do empoderamento é como uma oportunidade para olhar mais profundamente no nível micro, e observar suas interações com os outros níveis onde as políticas operam. Avaliando o empoderamento junto com estas dinâmicas de poder poderia resultar na emancipação do conceito e reforçar sua utilização analítica.

Roberta Holanda Maschietto

r.holandamaschietto@student.bradford.ac.uk

Investigadora, Estudos para a Paz – Universidade de Bradford

Marie-Curie Fellow, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Referências

Cleaver, Frances (2001). Institutions, agency and the limitations of participatory approaches to development. In: Cooke, Bill & Kothari, Uma (ed.) (2001). Participation. The new tyranny? London: Zed Books.

Moore, Mick (2001). Empowerment at Last? Journal of International Development, No. 13, pp. 321-329.

Donais, Timothy (2009). Empowerment or imposition? Dilemmas of local ownership in post-conflict peacebuilding processes. Peace and Change, Vol. 34, No. 1, January.

Cornwall, Andrea & Brock, Karen (2005). Beyond Buzzwords, "Poverty reduction", "Participation" and "Empowerment" in Development Policy. Overarching Concerns. Programme Paper Number 10. United Nations Research Institute for Social Development.

Ramsbotham, Oliver; Woodhouse, Tom; Miall, Hugh (2007). Contemporary Conflict Resolution. 2nd Ed. Cambridge, Malde: Polity, 215-230.

**Estudos da
P@X**

AS DUAS CARAS DE HUGO CHÁVEZ E O LEGADO DO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI NA AMÉRICA LATINA

Hugo Chávez Frías, umas das primeiras grandes figuras do século XXI, foi um político singular. Figura atípica, excêntrica e caricatural, venerado por tantos, odiado por muitos, podia ter ganho vida no realismo mágico de um romance de Garcia Márquez ou Jorge Amado.

Chávez tinha duas caras. Num mundo propenso a olhar a realidade a preto e branco, poucos o puderam, ou quiseram, ver na sua plenitude e complexidade. Chávez tinha um lado brilhante e popular, e um “dark side”. Há dois lados da moeda no Socialismo do século XXI de Chávez. Por um lado, 30 anos depois de Salvador Allende, mostrou que era possível construir uma via democrática e pacífica para o socialismo. Deixou uma Venezuela mais igualitária, onde o analfabetismo foi erradicado, a pobreza substancialmente reduzida e as condições de vida dos sectores da população mais desfavorecidos melhoraram significativamente, factores que lhe conferiram uma tremenda popularidade entre os estratos mais baixos da sociedade venezuelana e lhe garantiram a vitória em 8 eleições. Por outro lado, o seu estilo populista e (semi)autoritário de governação, e o seu discurso inflamado e marxista, valeram-lhe inúmeros inimigos e uma aversão e animosidade de amplos sectores da Venezuela e América Latina. Além do mais, como outrora Lenine, lançou um anátema sobre o socialismo, ao colocar em prática uma concepção e versão autoritária desta ideologia, onde o culto de personalidade foi estimulado e as liberdades individuais e de expressão não foram abolidas, mas mitigadas.

O seu cunho e impacto a nível regional foram também significativos. Após a sua chegada ao poder na Venezuela, uma “onda rosa” varreu a América Latina, como uma década antes o havia feito o Neoliberalismo. De Brasília a Manágua, de La Paz a Buenos Aires, de Quito a Montevideo, herdeiros de Chávez e do seu Socialismo do século XXI, puseram em marcha uma forma diferente de governação e afirmaram a sua autonomia relativamente aos EUA, no seu “pátio traseiro”.

E agora, *quo vadis*, América Latina? Que futuro para um continente “rosa” sem o seu farol vermelho?

A primeira vítima do seu desaparecimento pode ser, ironicamente, a vizinha Colômbia, um país nas antípodas políticas do Chavismo. O processo de paz em curso neste país perde, com a saída de cena de Chávez, um importante protagonista. Apesar do futuro das negociações e da solução para um conflito armado de 5 décadas não dependerem naturalmente da presença de Chávez, desaparece um extraordinário interlocutor e mediador, com capacidade de diálogo e poder de influência sobre as FARC, e que podia contribuir para persuadir esta guerrilha que se pode chegar ao poder e construir o socialismo sem armas, por via eleitoral. Não se vislumbra que qualquer outro actor na região possa desempenhar, a curto prazo, esta função, e Maduro estará necessariamente pouco maduro para assumir esse papel.

A nível regional, o legado de Hugo Chávez levará tempo a desaparecer. A “onda rosa” mantém a sua força no continente. Desaparece o rosto mais visível, o símbolo e principal impulsionador, mas os processos continuarão em marcha. Os “filhos” de Chávez sobreviverão ao pai e as organizações regionais de integração inspiradas pela sua liderança, como a UNASUR e a CELAC, continuarão o seu caminho.

Na Venezuela, Maduro fez a campanha eleitoral às cavalitas do defunto presidente, elegendo assim um fantasma para o Palácio de Miraflores. Na América Latina, depois de Bolívar, Fidel Castro e Perón, será embalsamado politicamente outro líder. É caso para exclamar, seguindo a velha máxima monárquica, “Chávez morreu! Viva Chávez!”.

Miguel Barreto Henriques

miguel.barretod@utadeo.edu.co

Professor Assistente, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Bogotá Jorge Tadeo Lozano, Colômbia

No Radar

O IMPÉRIO DO MEIO NO MEIO DE DOIS IMPÉRIOS: AS REAÇÕES DA CHINA AO TERCEIRO TESTE NUCLEAR DA COREIA DO NORTE

O terceiro teste nuclear levado a cabo pela Coreia do Norte em Fevereiro de 2013 pode não ter surtido qualquer efeito residual nos países envolventes, - China, Japão e Coreia do Sul, deixando até dúvidas em relação à composição nuclear da explosão. Contudo, perturbou ideologicamente um dos seus grandes aliados, com um governo recentemente reformulado.

O recém-eleito Xi Jinping tem-se destacado pelas suas posições patrióticas, refletidas no persistente ressuscitar de jogos de guerra com o Japão à volta dos assuntos de soberania das ilhas Senkako/Diaoyu. Contudo, mais do que olhar para o Mar Oriental da China, Xi Jinping parece estar mais determinado em encetar relações bilaterais com os Estados Unidos do que o anterior Presidente Hu Jintao, acusado de "cegueira voluntária" por Washington após o segundo teste nuclear norte-coreano de 2009. Isto porque existem fortes probabilidades de que um programa de defesa de mísseis balísticos americanos acelere o seu desenvolvimento no nordeste da Ásia em nome do Japão e de outros aliados na região e Xi Jinping não deseja de todo que esta probabilidade se concretize.

A China tem funcionado há muito tempo como um amortecedor contra uma intrusão dos Estados Unidos na península coreana. Tem munido a Coreia do Norte com petróleo, alimentos e permitido investimento privado no país tolerando ao mesmo tempo o fabrico de armas nucleares. Contudo, este tipo de posições ameaçadoras em relação aos mísseis balísticos no nordeste asiático por parte do governo norte-americano podem forçar a China a pressionar o Pyongyang. Para executar essa pressão, a China tem à sua disposição um arsenal de possibilidades, tais como parar com as infusões de petróleo ou cortar com os investimentos que permitem à Coreia do Norte a sua sobrevivência enquanto estado.

Xi Jinping afirmou numa visita aos Estados Unidos durante o ano passado querer "Um novo tipo de relação entre as duas grandes potências". A China apresenta assim uma maior probabilidade em apoiar sanções mais duras nas Nações Unidas, acompanhadas por severas reprimendas de Pequim contra o seu obstinado aliado em Pyongyang

Um dos maiores medos de Pequim tem sido o de um colapso da Coreia do Norte que resultasse

numa unificação com a Coreia do Sul, aliado americano. Contudo, um diálogo entre a China e os Estados Unidos para enfrentar a questão da Coreia do Norte iria certamente reforçar a confiança mútua estratégica entre os dois países.

Os estrategas militares chineses não se assumem em posição de perder um valioso aliado, independentemente do seu imprevisível comportamento. Isto deve-se ao facto do Exército Popular de Libertação e do Departamento de Ligação Internacional da política do Partido Comunista e seus dirigentes tradicionalistas terem o controlo estratégico no que diz respeito às políticas externas da RPC.

A opinião pública chinesa que se pode obter através de plataformas online como o *Sina Weibo* (sistema de microblogging, clone chinês do *twitter*) é a de um completo desprezo pelas políticas de apoio à Coreia do Norte. Para além disso, documentos divulgados pelo Wikileaks em 2010, revelam que se verifica uma frustração crescente em relação à Coreia do Norte entre os membros do partido, e algum desejo de abandonar o incómodo aliado.

Hu Xijin, editor do "estatal Global Times", comentou no seu perfil do Weibo que "a Coreia do Norte está a testar um terramoto artificial criado pelo homem, que é como quem diz, um teste nuclear. A Coreia do Norte está a ir pelo caminho errado e o seu povo vai pagar o preço pelos seus erros. A legitimidade da Coreia do Norte deve ser reconsiderada."

Um simples teste nuclear em comemoração do aniversário de Kim Jong-il, pai do atual líder, Kim Jong-un, não será motivação suficiente para uma viragem absoluta em relação às afinidades mantidas entre a RPC e Coreia do Norte. Certo é que há mais de dez anos não se ouvia no Partido nenhuma voz dissidente quanto aos testes nucleares de Pyongyang. Poderemos estar a assistir a uma gradual mudança de estratégia entre os atores China, Coreia do Norte e Estados Unidos da América.

Sara Ferreira Costa

saraferreiracosta@hotmail.com

Doutoranda, Política Internacional e Resolução de Conflitos, Faculdade de Economia /Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

No Radar

PAZ COMO GUERRA: MENOS PACIFICAÇÃO, MAIS CONSTRUÇÃO DA PAZ

No fim do ano passado, completaram-se quatro anos desde que a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi instalada com o intuito de lidar com um dos principais problemas do Rio de Janeiro – sua segurança pública. Apesar de haver elementos a serem comemorados, as UPPs ainda estão muito longe de resolver os principais problemas das comunidades mais carenciadas do estado. As limitações das UPPs advêm, sobretudo, do fato das mesmas perspectivarem a paz partindo de uma observação da realidade que assenta-se, não na própria paz como seria esperado mas sim, sob uma mentalidade de guerra. O próprio nome da política pública em questão já é elucidativo – Unidade de Polícia *Pacificadora*. Ao contrário do que pode parecer, *pacificação* está muito longe da *paz*. Essa afirmação pode, a princípio, parecer uma mera questão semântica. Contudo, pelo contrário, evidencia o cerne do pensamento da elite política atualmente no poder no Rio de Janeiro relativamente à população com menos recursos do estado.

Pacificação só associa-se à paz se enquadrarmos a questão partindo do ponto de vista da guerra. Afinal, não podemos esquecer que pacificação é um termo, essencialmente, militar. Logo, entender a paz enquanto pacificação demonstra um entendimento extraordinariamente militarizado de paz relativamente às UPPs, o que é vicioso já na sua origem. Vicioso porque, à partida, tenderá a privilegiar uns instrumentos em detrimento de outros ao lidar com a questão. Não é a toa que muito da narrativa no tocante às UPPs gira em torno de palavras como, por exemplo: “guerra”, “ordem”, “território”, “ocupação”, “inteligência”, “estratégia”, dentre outras. Não por acaso, os principais instrumentos destinados à questão foram, e ainda são, dispositivos essencialmente bélicos e militares. Mesmo visualmente, que decerto não é uma dimensão menos relevante, o instalar de uma UPP assemelha-se, e muito, à uma manobra de guerra. Basta lembrarmos, por exemplo, da “operação” do Complexo do Alemão. Logo, não é inocente o fato das UPPs, segundo o próprio Governo do estado do Rio de Janeiro, serem uma importante “arma” no que toca a política pública de segurança.

Isso obviamente não quer dizer que não haja elementos positivos, porque os há. O fato de uma parte considerável da população estar fora do julgo de traficantes e criminosos, e todas as consequências que advêm disso, é muitíssimo menos mortes nas comunidades em questão é sem dúvida algo louvável.

Contudo, mesmo sendo tudo isso muito importante, essa ainda é em si uma visão limitada de paz. Além da ausência de uma violência visível nestas comunidades, ao falarmos de construção da paz, e não de pacificação, precisamos falar também da necessidade da superação de uma violência invisível, mas não menos inquietante – as estruturas sociais, políticas e econômicas que há tempos marginalizam tais comunidades.

Estas estruturas estão longe de serem sequer tocadas pelas UPPs. Ao bem da verdade, o próprio Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, é o primeiro a afirmar que as UPPs não são o suficiente. Nesse sentido, no Rio de Janeiro tenta-se iniciar a UPP Social, que desde já, desejo bastante sucesso.

Entretanto, UPP Social já é em si, à partida, uma contradição. Uma *pacificação* não pode ter um cariz social. A não ser, claro, que se busque, não a real transformação das vidas das pessoas e consequentemente a inclusão social destas, mas sim um apaziguamento de zonas do estado entendidas como turbulentas. Uma política social partindo de uma lógica de pacificação não pode senão objetivar a mera manutenção da ordem em tais localidades. Novamente, um entendimento da questão à partida vicioso.

Portanto, a mudança de tal realidade passa também pelo reenquadramento da questão. Consequentemente, aqueles e aquelas que querem uma real inserção social das populações mais carenciadas devem atuar também na disputa de narrativas que envolve tais políticas. Disputas estas que têm pouco de abstratas. Afinal, a forma como uma determinada questão é enquadrada é determinante no moldar das práticas e políticas direcionadas a lidar com a mesma. Nesse sentido, partindo do ponto de vista da paz, e não da guerra, é cristalino que o Rio de Janeiro precisa, definitivamente, de menos pacificação e de mais construção da paz.

Ramon Blanco

ramon@ces.uc.pt

Doutorando, Política Internacional e Resolução de Conflitos, Faculdade de Economia /Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

No Radar

A CRISE ESPANHOLA E A RADICALIZAÇÃO DO NACIONALISMO CATALÃO

Espanha é um dos países em que as consequências da crise económica e financeira da zona euro se estão a sentir de forma mais violenta. Apesar de não estar sob intervenção directa dos mecanismos do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (com excepção do sector bancário), a actual conjuntura é particularmente complexa para o Estado espanhol. Neste contexto, devem destacar-se quatro aspectos particularmente elucidativos das dificuldades que estão a ser sentidas no país vizinho:

1. Rápido declínio no contexto europeu –

Espanha não teve tempo para usufruir do estatuto de potência europeia que parecia ter adquirido no final dos anos 1990. Até ao início de 2008, era tida como exemplo, com uma economia que crescia, de forma consistente, acima da média comunitária desde 1996. O comportamento das contas públicas era irrepreensível, com excedentes orçamentais consecutivos entre 2004 e 2007. O número de desempregados também decrescia a um ritmo assinalável, baixando até aos 8,3% em 2007 [1].

2. Bolha imobiliária – A pujança económica de 1996-2007 assentava sobretudo num sector imobiliário desregulado e fomentado pelas comunidades autónomas e pelos municípios. A construção civil, desenvolvida por empresas privadas, era incentivada e autorizada por entidades públicas regionais e locais e financiada pelas *cajas de ahorros*, bancos públicos detidos pelas comunidades autónomas e pelas deputações regionais. Quando a procura de imóveis começou a diminuir, à falência de empreendimentos e empresas de construção, seguiu-se a constatação de que a banca pública estava totalmente descapitalizada em função de investimentos sem qualquer retorno.

3. Descentralização territorial – A crise também tornou evidente que a forte descentralização estatal, iniciada com o processo de democratização do final dos anos 1970, dificulta o controlo democrático das contas públicas. As competências relativas a mais de 50% da despesa pública, incluindo a Saúde e grande parte da Educação não

universitária, estão nas mãos dos 17 governos autonómicos, controlados por 17 parlamentos regionais.

4. Assimetrias regionais – Espanha é um país de desigualdades territoriais, com algumas comunidades autónomas pobres, como a Extremadura ou Castilla La Mancha, e outras prósperas e ricas (inclusivamente para os padrões europeus) como o País Basco, Navarra ou a Comunidade de Madrid.

A conjugação dos quatro elementos enunciados, no caso da Catalunha, assume características especialmente problemáticas, em função da identidade nacional e cultural diferenciada desta região. Enquanto a economia registou taxas de crescimento positivas e o Estado teve margem financeira para expandir os gastos sociais, foi possível ao governo central negociar competências e gerir de forma equilibrada as transferências financeiras para a autonomia catalã. É necessário ter em conta que esta comunidade autónoma, em termos absolutos, é a que mais contribui para o produto interno bruto espanhol e que parte da riqueza aí gerada é transferida para outras regiões.

O nacionalismo catalão, nas suas versões moderada e radical, nunca se demonstrou propenso para aventuras armadas, ao contrário do nacionalismo radical basco. Ao longo de mais de três décadas, os partidários da materialização política da identidade nacional catalã fizeram das instituições autonómicas (*Generalitat*) a própria imagem de marca, trabalhando no seu desenvolvimento e consolidação. Porém, no contexto do novo cenário restritivo, as aspirações nacionalistas na Catalunha começaram a fazer-se sentir com muito mais força.

A crise fomentou uma deslocação do discurso nacionalista catalão no sentido de exigências de maior autonomia fiscal. Com excepção do País Basco e de Navarra, em Espanha, a maioria das receitas são cobradas pela administração central, que as redistribui pelas diversas regiões. Os nacionalistas catalães falam agora de um défice de quase 10%, entre o cobrado no território e o que é restituído pelo centro. Face à recusa de Madrid em negociar este quadro, a dialéctica da secessão tem vindo a emergir com muita força.

No Radar

O governo central, neste momento, não tem grande margem para negociar um novo modelo de financiamento e esta recusa acaba por alimentar o crescendo de exigências catalãs. A coligação nacionalista moderada, *Convergència i Unió*, a partir do governo regional, insiste em propor um referendo sobre a soberania da Catalunha e em nomear comissões para preparar planos de transição para a independência. A tensão é cada vez maior. Até agora, Madrid tem conseguido evitar um resgate alargado à sua economia, limitando a intervenção europeia à banca. No entanto, as consequências de um empréstimo a larga escala poderão ser imprevisíveis não só do ponto de vista político e social, como da própria integridade territorial do Estado

Filipe Vasconcelos Romão

filiperomao@ces.uc.pt

Post-doc, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Notas:

[1] Fonte: *Instituto Nacional de Estadística*, <http://www.ine.es/>.

No Radar

No sótão dos Estudos para a Paz

PublicaçõesPS

Barrinha, André (2013), “Pressing the Reset Button in Euro-Mediterranean Security Relations”, *Journal of Contemporary European Research*, 9 (1), pp. 203-214.

Freire, Maria Raquel, “A política russa para a Ásia-Pacífico: as relações Rússia-Japão”, *Nação e Defesa*, 134, março 2013.

Freire, Maria Raquel “Challenges and opportunities at the EU’s vicinity: assessing policies and practices”, in Teresa Cierco Gomes (org.), *The European Union and Its Immediate Neighbourhood*. Aldershot: Ashgate, 2013.

Simão, Licínia (2013) “Coming of age: dilemmas for the EU’s foreign policy in the wider Europe”, in Cierco, Teresa (ed.) *The European Union neighborhood*. Aldershot: Ashgate, 99-121.

Simão, Licínia (2013) “Non-state actors and South Caucasus security: the role of NGOs, transnational corporations and religious organizations”, *NOREF Policy Briefs*, 19 March.

MARÇO

Daniela Nascimento participou na Conferência Final da Ação Cost: "Achievements | Failures | Perspectives: EU's Role in Multilateral Crisis Management", Viena, 22 Março 2013.

Katia Cardoso apresentou a comunicação "O lado masculino do género: masculinidades e (não)violências", GenderWorkshop, CES, 23 Março.

Maria Raquel Freire e Maria Grazia Galantino, apresentaram a comunicação "CSDP – A Critical Appraisal. The Road so Far", International Conference Achievements | Failures | Perspectives. EU's Role in Multilateral Crisis Management. Final Action Conference, COST – European Cooperation in Science and Technology in co-operation with the Institute for Peace Support and Conflict Management/NDA and the Austrian Institute for International Affairs. Austrian National Defence Academy, Viena, Áustria, 21 March 2013.

Maria Raquel Freire lecionou a aula "A política externa da nova Rússia: um processo dinâmico em contexto de mudança", Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 15 Março 2013.

Maria Raquel Freire lecionou a aula "A Rússia e a sua área de vizinhança: uma política externa neorevisionista?", Faculdade de Humanidades, Universidade do Porto, 8 Março 2013.

ABRIL

André Barrinha apresentou a comunicação "The future ain't what it used to be: the Copenhagen School and the ethical challenge of post-modern security ISA Annual Convention, São Francisco, 03 a 06 Abril 2013.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação "One step forward, two steps back?: humanitarian challenges and dilemmas in crisis settings", ISA Annual Convention, São Francisco, 03 a 06 Abril 2013.

Daniela Nascimento, Paula Duarte Lopes e Maria Raquel Freire apresentaram a comunicação "More than words? The role of the African Union in the face of regional complex humanitarian and political emergencies", ISA Annual Convention, São Francisco, 03 a 06 Abril 2013.

Licínia Simão e Vanda Dias apresentaram a comunicação "Sociological securitisation: understanding how Russia and Turkey influence EU security policies in the Wider Black Sea Area", ISA Annual Convention, São Francisco, 03 a 06 Abril 2013.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação "**Russian Ambivalence towards the 'Arab Spring': Pragmatic Caution or Reactive Policy**" ISA Annual Convention, São Francisco, 03 a 06 Abril 2013..

Teresa Cravo apresentou a comunicação "**Reconstrução Social após os Conflitos**", Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas novas Relações Internacionais, Universidade Autónoma de Lisboa, 15 Abril 2013

Katia Cardoso apresentou a comunicação "**Novos Desafios das Migrações Cabo-Verdianas: O caso da Deportação**" at the International Conference «Cabo Verde: Novas Paisagens Humanas do Século XXI», Caixa Económica de Cabo Verde, Cidade da Praia, Cabo Verde, 15 abril 2013.

Katia Cardoso participou no lançamento do livro "**Jovens e Trajetórias de Violências. Os casos de Bissau e da Praia**", Caixa Económica de Cabo Verde, Cidade da Praia, Cabo Verde, 16 abril 2013

Teresa Cravo apresentou a comunicação "**A Estratégia da União Europeia para situações de fragilidade: como intervir em Estados frágeis**", Curso de Gestão de Crises, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 17 Abril 2013.

Teresa Cravo apresentou a comunicação "**Contemporary Trends in Peace and Conflict**", no âmbito do Course in Human Rights, Ius Gentium, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 20 Abril 2013

Teresa Cravo apresentou a comunicação "**From Humanitarian Intervention to Responsibility to Protect**", no âmbito do Course in Human Rights, Ius Gentium, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 20 Abril 2013

Sofia José Santos leccionou a aula "**Media e diplomacia: modelos teóricos, debates e desafios**", Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 22 Abril 2013.

Sofia José Santos leccionou a aula "**Manobras mediáticas ou mediaticamente manobráveis? Media e política-externa dos Estados**", Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 24 Abril 2013